

O MILAGRE POLÍTICO NOS TEMPOS DO DESPERTAR DO GIGANTE: A “DITABRANDA” LUSO-BRASILEIRA EM QUESTÃO

THE POLITICAL MIRACLE IN TIMES OF GIANT AWAKENING: THE LUSO-BRAZILIAN "DITABRANDA" IN QUESTION

Fábio de Godoy Del Picchia ZANONI*

Resumo: O objetivo deste artigo consiste em argumentar como a brandura impingida à ditadura de 1964 é herdeira de uma racionalidade montada desde os primórdios da década de 1930, tanto no Brasil quanto em Portugal. A partir do arsenal teórico foucaultiano, anseia-se por trazer à baila o modo pelo qual a ditadura de Getúlio Vargas e António Salazar, muito mais do que simplesmente eclipsar as práticas violentas levadas a cabo pelos respectivos Estados, construíram ditos e escritos que tiveram precisamente o condão de conciliar métodos ditatoriais e pacificação do corpo social.

Palavras-chave: Ditadura; Violência; Getúlio Vargas; António Salazar; Foucault.

Abstract: The purpose of this article is to argue how the gentleness impinged on the 1964 dictatorship is inheritor of a rationality assembled since the beginning of the 1930s, both in Brazil and in Portugal. From this theoretical arsenal, one yearns by bringing up the way the dictatorship of Getúlio Vargas and Antonio Salazar, much more than simply eclipse the violent practices carried out by the respective States, built sayings and writings that had precisely the power to reconcile dictatorial methods and pacification of the social body.

Keywords: Dictatorship; Violence; Getúlio Vargas; António Salazar; Foucault.

Introdução

“Tudo somado, o que resta afinal da ditadura?” (Arantes, 2010, p.205), perguntava Paulo Arantes, no livro *O que resta da ditadura?* E, prontamente, declarava a ditambos, acertando seus passos com os do psicanalista Tales Ab'saber: tudo menos a ditadura. Longe de ser mero torneio retórico, a sobredita resposta resulta da destreza dos pesquisadores em driblar o difundido hábito de comprimir os mecanismos de regulação social, mobilizados nas diferentes épocas, no estreito calendário dos regimes de governo, evitando, dessa feita, as formas de endereçamento ao passado que tentam instituir marcos políticos bem definidos e universalmente válidos para o tecido social, quando nunca se deixou de prolongarem, em verdade, prováveis continuidades no exercício dos mecanismos de regulação da conduta entre regimes de governo situados no mais das vezes como antípodas.

Uma vez reconhecida a argúcia e a pertinência da configuração do debate no qual o presente artigo pretende tomar assento, faz-se mister tematizar os senões que explicam o ligeiro afastamento das páginas que se seguem em relação ao livro organizado por Vladimir Safatle e Edson Teles. Pelo compasso da bossa genealógica que animará o presente itinerário de investigação, não é suficiente a alegada brandura da

* Doutorado em história da educação na Universidade de Lisboa. E-mail: zanonifabio83@gmail.com

ditadura inaugurada por Castello Branco vir à roda a título de mistificação, cujo propósito maior teria radicado no escondimento da exorbitância dos encarceramentos já em funcionamento no decolar do ano de 1964, pois a força da argumentação que serve de suporte a tese da brandura não se desfaz pela transformação desta em uma espécie de trapalhada cognitiva obrada pelo conluio da má-fé de generais que nunca se abeiravam dos fenômenos com olhos de ver.

Ora, a hipótese que ora se apresenta é a de a “ditabranda”, expressão espanhola cunhada popularmente para designar a passagem do governo de Primo de Rivera para o de Dámaso Berenguer e retomada pelo editorial da folha de São Paulo em 17 de fevereiro de 2009, não poder ser problematizada a contento pelos conceitos amiudadas vezes balizadores das análises críticas tradicionais, na medida em que a produção da insensibilização diante de certas práticas violentas não foi apenas fruto do desconhecimento dos sujeitos ante à barbárie em voga nos idos da ditadura, mas também, e sobretudo, do desaguar de um longo processo histórico de constituição e difusão de uma racionalidade de governo específica, cujas peças discursivas remontam à ascensão de Getúlio Vargas à presidência em 1930, bem como às demais ditaduras latino-americanas (Pinto; Martinho, 2013). Dito de outro modo, ainda que não haja resquício de dúvida acerca do varrimento para debaixo do tapete do tecido social de miríades de acontecimentos contrários aos ideais de socialização propugnados pelo regime militar, nada há de imediatamente evidente no fato de os generais terem sentido a necessidade de acobertamento do uso sistemático da violência, como se a violência estatal, para melhor funcionar, só se fizesse em surdina. Portanto, o que me interessará auscultar é o curioso fato de as ditaduras brasileiras, desde Getúlio Vargas, terem tido a preocupação de rechaçar a violência como método central de governo das populações, espelhando, em larga medida, os anseios de Salazar.

Por essas razões, Brasil e Portugal afiguram-se eloquentes testemunhos de como ditaduras foram capazes de forjar formas de controle social que não obedeciam à lógica da defesa aberta da violência estatal, tão manifesta em outros países da Europa e da América Latina. Daí a razão de José Gil dizer que:

Contrariando os discursos mussolinianos, Salazar [...] nunca exclui brutalmente a oposição, procurando sempre, pelo contrário, integrá-la na situação (Gil, 1995, p.12).

Mais adiante, prossegue:

Aquilo que impressiona, em Salazar, é o fato de ele não possuir qualquer atração pela morte – o que, aliás, está de acordo com sua

declarada recusa de violência como forma de repressão política (Gil, 1995, p.30).

Não obstante as considerações de Boaventura Souza Santos a respeito dos perigos de certa psicologia dos povos levada a cabo por José Gil (Jerônimo Neves, 2012), interessa-nos permanecer na esteira do seu diagnóstico, na medida em que ele nos ajuda a jogar alguma luz sobre a baldeação do presente artigo para o além-mar ter resultado do fato de Brasil e Portugal, na década de 1930, terem sido os primeiros a dedicarem-se com enorme paixão a montagem de um Estado simultaneamente preocupado com a expansão de suas diretrizes de governo e avesso à violência como viga mestra das políticas ali elaboradas.

O berçário da “ditabranda”

Por estarmos tão aglutinados ao presente, dificilmente imaginamos Portugal a funcionar como modelo de orientação das escolhas políticas do governo brasileiro. De maneira muito esquemática, faço notar, então, que o Brasil de Vargas esteve à cata de coordenadas de governo da nação. Certamente, Portugal assomava-se no horizonte das autoridades brasileiras como importante fornecedor de balizas de orientação dos rumos do Brasil, especialmente no que diz respeito à recusa do governo salazarista de patrocinar a violência aberta como justificativa de governo, visto que a incitação a atos de violência deveria deixar de ocupar o primeiro plano em um país pós-revolucionário (Serrano, 2009). Daí a oferta da cordialidade como princípio de socialização dominante em Portugal – algo que tocava profundamente as autoridades brasileiras. No Liceu Literário Português, sediado ao Rio de Janeiro, Capanema, Ministro da Educação de Vargas, militava pela edificação de uma brasilidade que fosse a continuação da vida portuguesa (Arquivo Gustavo Capanema, 1940). Com isto, Capanema não aludia à unidade da língua, mas ao parentesco entre a alma lusitana e a brasileira:

Portugal, pelo seu sentimento, pelo seu idealismo, pela nobreza de suas atitudes e pela alteridade de seus costumes, vivia dentro do Brasil (Arquivo Gustavo Capanema, 1940).

A 30 de dezembro de 1930, Salazar já maldizia a violência no discurso endereçado ao exército. Muito embora reconhecesse o valor positivo de impulsos violentos advindos de setores sociais com boas intenções, no geral suscitados pelo ímpeto de combate aos males calamitosos que assolavam a nação, Salazar considerava-os contra-indicados ao caso português:

Há quem julgue, aliás com boas intenções e absolutamente identificado com o pensamento renovador da Ditadura, que o método por esta empregado não tem sido o que as circunstâncias impunham,

e que deveria fazer-se mais largo apêlo e maior uso da violência [...]. Compreendo, repito, que a idéia de violência surja ao primeiro impulso, em espíritos fortemente impressionados com a grandeza dos males, das resistências e dos perigos [...]. Mas sempre me pareceu que o processo revolucionário da violência estaria contra-indicado entre nós (Arquivo António Salazar, 1930).

A 28 de janeiro de 1933, Salazar aprofundava sua discordância teórica e política relativamente ao emprego sistemático da violência no discurso intitulado *A Escola, a Vida e a Nação*, proferido no Teatro de São Carlos, clamando a atenção para a incompatibilidade entre Estado Novo e violência, acontecimento visível nos anos subsequentes à revolução, além de sem precedentes na marcha da história portuguesa:

Quando se pensava que a Ditadura tudo esmagaria numa aventura de violência militar, vê-se o Governo quasi exclusivo do professorado superior, a força a servir a justiça, a improvisação a ceder definitivamente o passo à preparação científica. Em período algum de nossa história moderna, como no que vivemos, se deu maior lugar à inteligência preparada para a acção (Arquivo António Salazar, 1933).

À luz salazarista, desnecessário o acréscimo de violência. Após o elogio da eficiência do Estado Novo português, Salazar lançava a pergunta-chave: Que falta ao Estado Novo? Ao que prontamente respondia:

Que se alarguem e se intensifiquem a sua acção e influência em todos os domínios da vida social, e que possa formar-se, sob a sua inspiração, um novo espírito e uma mentalidade nova. Só por meio desta se assegurará a continuidade da obra que se realizar, e sem essa segurança é quasi inútil o que se faz (Arquivo António Salazar, 1928).

A eficácia do prolongamento das obras do Estado Novo ultrapassaria a política de curto prazo da destruição dos predecessores expulsos do poder formal, finda a retumbante vitória da revolução. A irrefutabilidade dos novos programas de socialização que levaria o regime a perpetuar-se só seria alcançada se as autoridades tivessem a norte que o verdadeiro empecilho do Estado Novo não se reduziria à destruição dos inimigos e dos opositores, na medida em que os feitos do governo só transporiam os primeiros anos da revolução pela criação de um novo espírito, o qual se tratava de esclarecer e corrigir: o único fio à meada portuguesa. Era chegado o momento de completar a obra da revolução (Arquivo Gustavo Capanema, 1938), tanto em Portugal quanto no Brasil, sobretudo preparando os espíritos para a encarnação dos princípios desenhados no decurso da revolução. A mesma diligência na declinação dos serviços ofertados pelos dispositivos abertamente violentos impressionava a feitura dos discursos de Vargas e das autoridades afinadas com suas diretrizes políticas. Estas e

aquele sublinhavam, reiteradamente, o parentesco entre violência e governo despótico. Ao invés dos abusos da violência desenfreada, o chefe do Estado brasileiro propugnava pela composição de relações sinérgicas entre governantes e governados (Vargas, 1931), patrões e sindicalistas, até mesmo entre mestres e discípulos (Filho, 1956), sinergia cujo sucesso dependia da descoberta da linha de menor resistência para o restabelecimento da confiança recíproca (Vargas, 1932). É evidente que não se tratava da abolição das hierarquias, mas da cooperação entre instâncias assimétricas de poder.

A autoridade do cidadão sobre si não poderia sobrepujar os comandos das autoridades socialmente reconhecidas pelo incentivo ao auto-didatismo (Arquivo Gustavo Capanema, 1936). A fixação da legitimidade das autoridades objetivava o rechaço de todo e qualquer encavalamento entre autoridades, desde o zunido das balas, passando pelo vuvozum do solilóquio dos pretensiosos autodidatas, até o embargo do que os radialistas chamavam engarrafamento hertziano (Serrano; Filho, 1931), isto é, o cruzamento de emissões conflitantes que interferiam entre si e produziam ruídos na límpida mensagem veiculada pelas autoridades competentes. Em síntese, somente a clara definição do lugar de cada autoridade no tabuleiro social neutralizaria a algaravia na emissão dos princípios de conduta elaborados pelo Estado.

Sob o comando de Vargas, o Estado punha em funcionamento uma cópia leiga da direção espiritual corrente na Igreja Católica, buscando pastorear, assim, os cidadãos em direção à criação de um novo espírito (Vargas, 1931), marcado pela disposição à harmonia social. Por isso, o fundamental das políticas governamentais passava pela necessidade de assear o terreno, quer dizer, alisá-lo e passá-lo a ferro via implementação de linhas administrativas asseguradoras da ausência de ligações partidárias (Vargas, 1932), sem dúvida, o signo maior do encavalamento de autoridades dos tempos que corriam: o sumiço de todo e qualquer rastro ou sinal de paixões, rachaduras, fissuras, atritos, faíscas e rumos exclusivistas (Vargas, 1933), invariavelmente executados na clave de despoletadores de atitudes violentas. A efetivação das expectativas de crescimento da densidade populacional em torno das novas habitações do espírito resolver-se-ia com tanto mais préstimo e eficiência quanto mais os tímpanos dos cidadãos – cansados de tanta guerra – fossem remexidos unicamente por rajadas uníssonas de confiança mútua, disparadas pelas políticas governamentais comprometidas com o fim da eclosão de perspectivas facciosas. Urgia, pois, substituir os tensionamentos inerentes às situações de conflito pelos planos de unificação social de toda ordem, quer pela erradicação dos partidos, quer pelo incentivo de agrupamentos apartidários, à moda dos jovens, raro grupo social em desconexão com os interesses

subalternos (Arquivo Gustavo Capanema, 1939), ou, à moda dos funcionários, outra personagem social que se mantinha ao abrigo das influências políticas, sobretudo devido à profissionalização que lhe era característica. Com frequência, a ode ao jovem e ao funcionário também se enxeria nos debates posteriores à Era Vargas. Um dos poucos censores da ditadura brasileira de 1964 a dar corpo teórico à censura, Coriolano de Loiola Cabral Fagundes, exaltava as virtudes apolíticas dos prestadores de serviço e dos jovens que se reencontravam em si. Se o censor se via na condição de legítimo defensor da pátria contra a ferocidade dos cidadãos (Fagundes, 1974), particularmente os que rasgavam à dentada as finas linhas do tecido social, era por ter levado uma existência apolítica desde a juventude, e não ter sido nunca nem pela direita, nem pela esquerda, e sempre pelo Brasil. Em consequência disso, fica relativamente fácil perceber como as virtudes da cordialidade luso-brasileira corporizavam rosto.

Emparceirado ao jovem e ao funcionário, a figura do soldado empinava entre os candidatos à representante da cordialidade, a despeito de a violência nunca ter sido reabilitada como virtude cívica no período pós-revolucionário. O soldado representava o cidadão modelado ao princípio de irrestrita obediência à hierarquia e era, por isso, o antídoto contra o engarrafamento hertziano. Em vista da reorganização da armada portuguesa, chegava a Portugal, a 29 de julho de 1933, um navio de guerra adquirido na Inglaterra e batizado com o mesmo nome do barco afundado na revolução da Madeira, Vouga. Salazar aproveitaria, então, a ocasião para encetar novo discurso. O que chama a atenção nele é o fato de Salazar não ter feito fogo sobre a aquisição do contratorpedo, e sim sobre o patriotismo inquebrantável dos marinheiros:

Eis porque entre homens que esquecem e negam a Pátria – estranho caso – não se encontram marinheiros, porque navegando ao perto ou ao longe andam com ela, defendem-na, não a abandonam nenhum momento. Que seja assim agora e sempre (Arquivo António Salazar, 1933).

A exaltação do marinheiro não decorria do ímpeto ao ataque. Basta notar a posição defensiva dele nessa pequena historietta. Seu valor era aferido em virtude da força com que se prendia ao barco da nação nos momentos de maior tremor e temor. A celebração do exército português não remetia à audiência aos poderes da espada, lançava-a à disciplina monástica que mantinha os marinheiros atarraxados à pequena embaixada aquática portuguesa. Símbolo milenar da liberdade sem margens, a vastidão do mar convertia-se, também no verbo de Vargas, na melhor ocasião para pôr à prova a energia da disciplina desses patriotas ilhados, os quais se deviam louvar em virtude da disciplina, da dedicação ao trabalho e do primor do preparo técnico (Vargas, 1934). Na

ausência de um território fixo e rico em benesses naturais, o mar impunha, de maneira incontornável aos marinheiros, trabalhos indispensáveis à sobrevivência. Isto é, o oceano impunha deveres (Vargas, 1932), e, desta feita, engendrava naturalmente a classe modelar da nação (Vargas, 1934). Arrematando: a escola do mar era a grande mestra da disciplina. No extremo oposto da costa brasileira, Vargas redescobria as mesmas virtudes dos heróis do mar, com a diferença de o sertanejo, cabra valente que nunca arredava pé de seu torrão ressequido (Vargas, 1933), não se ter mais de bater contra o perigo de ser tragado pelas profundezas do oceano, apenas de lutar contra o risco de ser expelido pela seca em direção às favelas da cidade.

Sempre e sempre, uma gota a mais e o barco imergiria; uma gota a menos e a terra seca emergiria. Ainda assim, os heróis nacionais, fardados ou maltrapilhos, afiguravam-se dispostos a morrer pela pátria: de sede ou afogados. Jovens, funcionários, sertanejos e marinhos, todos menos preocupados com invocar direitos e mais atentos a cumprir deveres (Vargas, 1937), manter-se-iam ao largo das lutas e cisões políticas:

Evidenciando-lhes o espírito de lealdade e civismo, serviu para demonstrar, ao mesmo tempo, a conveniência de se conservarem afastados e à margem das lutas políticas, para melhor se consagrarem ao tirocínio das atividades profissionais, ao culto da disciplina e da obediência aos poderes constituídos (Vargas, 1936).

Do mar ao sertão, a ode repetia-se, culminando na dissociação entre força, de um lado, e violência física, de outro lado, como se esta só pudesse crescer à medida que encolhesse o recurso àquela:

Por sobre [...] as mil manifestações da vida em sociedade, sem contrariá-las ou entorpecê-las na sua acção, o Estado estenderá o manto da sua unidade, do seu espírito de coordenação e da sua força, que deve ser o estado tam forte que não precise de ser violento (Arquivo António Salazar, 1930).

Ainda que o bafo quente emanado do chão em sangue banhado da revolução de 1930 sequer tivesse evanescido de nucas e corações, o conforto de uma certeza impunha-se lapidar: se o governo era provisório, a revolução era definitiva (Vargas, 1931). O qualificativo provisório atribuído ao governo revolucionário pelo próprio Vargas concernia aos aspectos formais da máquina estatal, tão somente. Já as mudanças introduzidas nas técnicas de governo da população durante a suspensão da legalidade do Estado democrático de direito teriam de assumir a forma de uma construção duradoura. Até porque o velho recurso à violência definitivamente desfuncionaria a partir do momento em que o “gigante despertou” (Vargas, 1931) e uma parcela da população brasileira estava disponível para a mobilização. Afinal de contas, como governar à bala

do Chuí ao Oiapoque? Nunca se desenraizou o ímpeto revolucionário com a ameaça do cheiro da pólvora. Restava uma saída: a educação. O que, a não ser a educação poderia, “sem a perda de uma gôta de sangue” (Filho, 1956, p.91), levar adiante essas transformações incalculáveis? Quer dizer, ao mesmo tempo em que Vargas e Salazar contornavam o rosto da base da pirâmide social, traçavam também o perfil do topo e os meios de consecução do tipo de interação entre as extremidades do campo social.

A defesa do pacifismo estatal não redundava no encolhimento do raio de ação do Estado em favor de um Estado minimalista. A revolução que dera origem ao Estado Novo português afirmava-se “pacífica, mas integral” (Arquivo António Salazar, 1932). Pois bem, se a força física ia abandonando a posição de destaque no controle da população, qual terá sido o ponto arqui-médico alternativo de alavancamento e sustentação do novo espírito que se buscava erigir? Para Salazar, a força do Estado Novo radicava na substituição da força física pela da disciplina de uma sociedade organizada a partir de figuras sólidas de autoridade, condição sem a qual não se alcançaria normalizar a vida do país (Vargas, 1931) – para insistir em expressão cara a Vargas –, finda a revolução, pois que os países pós-revolucionários seriam como um corpo sem cabeça se lhes faltassem bons condutores de homens e não houvesse rápida formação da chamada elites dirigentes brasileiras (Arquivo Gustavo Capanema, 1939). Mas também portuguesa:

Desde que perdeu a fé no liberalismo e este se automatizou no rotativismo dos partidos, no caciquismo e na cynica ficção parlamentar, tudo a parasitar na ignorância e na miseria publicas [...] Portugal fluctúa sem doutrina, sem um programma nas camadas superiores de governo e de “elite”, sem um gosto decidido por tal ou tal estylo de vida nas classes medias, que deveriam compor o côro de apoio ao primeiro plano conducotor (Figueiredo, 1936, p.7).

No caso português, a boa-nova jazia no adiantamento do país na operação de troca de guarda dos poderes, pois Portugal estava prestes a substituir a autoridade da força pela força da autoridade, criando o que, em terras lusitanas, se chamaria autoridade sem autoritarismo:

A administração se vai pondo em condições de servir realmente o país, que o cepticismo vai sendo substituído pela confiança, que nova mentalidade se vai formando no sentido de compreender a autoridade (Arquivo António Salazar, 1948).

Portanto, a construção de uma relação sinérgica entre legisladores e legislados só seria completada se acompanhada pelo estabelecimento de consensos no topo – entre os

condutores de homens. Isto é, tratava-se de ocasionar o entendimento global entre as autoridades, incluindo aí:

Os professores, os párocos, os diretores de estabelecimento de ensino, os diretores de associações e sociedades, os presidentes de sindicatos, os proprietários de fábricas, usinas, engenhos, fazendas e granjas, os diretores de asilos e penitenciárias, comandantes de navios e de guarnições, e todas as pessoas que se interessam pelo problema da educação urbana e rural (Arquivo Gustavo Capanema, 1937).

Do mesmo modo, as autoridades brasileiras não deveriam continuar a galopar à garupa da imagem de Alexandre, Júlio César ou Napoleão, modos de ser de governantes que faziam lembrar as ações e medidas pertencentes ao *modus operandi* do Estado antigo. Doravante, as maiores virtudes das autoridades modernas estavam identificadas às aptidões do gerente. Para embasar a inflexão dos modos de governo da população, Lourenço Filho citava o próprio Napoleão, para quem o poder da espada já principiava a mostrar suas limitações em 1808:

Impotência da força para fundar qualquer coisa. Só há duas potências no mundo: a espada e o espírito. Com o andar do tempo, é sempre o espírito quem desbarata a espada (Filho, 1956, p.18).

Que não se imagine as autoridades representantes da disciplina serem avessas às delícias da liberdade. O Estado Novo português apenas lacrava as portas ao abuso da liberdade. Grave problema em terras brasileiras. Por isso, Vargas vinha trabalhando com afinco as mentalidades no sentido de fazê-las distinguir, com clareza, a virtude da tolerância, de um lado, da condescendência dos hábitos que conspurcam o nome e o conceito de República, de outro lado (Vargas, 1932). E distinguir não era o mesmo que reprimir. Ensinar aos cidadãos republicanos a baterem em retirada diante das seduções do puro doutrinário, das influências das ideias de empréstimo e das novidades perigosas não implicava a troca dos revoltosos pelos inertes, cidadãos comodamente apáticos. De volta a Salazar:

Porque as ditaduras bastas vezes nascem do conflito entre autoridade e os abusos da liberdade, e vulgarmente lançam mão de medidas repressivas da liberdade [...], confundem muitos ditadura e opressão. Não é isto da essência da ditadura, e compreendida a liberdade [...] como a garantia plena do direito de cada um, a ditadura pode até, sem sofisma, suplantá-la sob esse aspecto muitos regimes denominados liberais (Arquivo António Salazar, 1930).

Contra a abolição da liberdade, diversas autoridades empenhavam-se em demonstrar que a luta por uma ideia faz-se no campo das ideias, pois a supressão

sistemática da liberdade voltar-se-ia, cedo ou tarde, contra aquele que a exerce: a violência física nada seria além de um tiro fadado à culatra. Proveitoso, então, educá-los, os cidadãos, no manejo das liberdades. Com a supressão sistemática da liberdade não se suprimiriam também os meios de ensinar a usar dela? Uma coisa era “impedir que as liberdades individuais fossem veículos de ideias atentatórias a ordem constituída” (Arquivo Gustavo Capanema, 1938), outra muito diferente era extingui-las por completo. Definir um ponto de equilíbrio entre a liberdade ilimitada e a disciplina, sem o uso da força física, eis a charada para a qual o Estado Novo Português e o brasileiro não descansaram de dar incontáveis respostas. Daí que Salazar não se referia à força física, prima da anarquia, ao falar de força, mas à força da autoridade:

A minha reflexão e experiência, conjugando-se com as aspirações nacionais que determinaram e sustentam a Ditadura, impõe-me a idéia firme de que a força é absolutamente indispensável na reconstrução de Portugal, mas que tem de ser usada com a serenidade e prudência capazes de assegurar a continuação da obra [...] Nós estamos condenados a escolher entre a anarquia e a disciplina imposta por um Governo de autoridade (Arquivo António Salazar, 1932).

Os opressores da liberdade e os libertinos desempenhavam a mesma função de inimigos da liberdade, pois o entrave da liberdade não estaria apenas ao lado dos que a oprimem, mas também dos que a deturpam pelo mau uso (Didonet, 1962). Logo, a força do nó que sobreporia uma unidade indecomponível liberdade e disciplina, ela imposta pelas diferentes figuras de autoridade, supunha a implosão da antinomia poder *versus* liberdade. O objetivo do governo consistia, justamente, em fazer com que ambas fossem uma só e a mesma coisa, como se o uso da liberdade pelos próprios sujeitos passasse a implicar, inevitavelmente, a ativação dos poderes das autoridades, isto é, maneiras de fazer e de pensar previamente tão formuladas quanto autorizadas por instâncias de poder socialmente reconhecidas, as quais deveriam ser interiorizadas pelos sujeitos que delas se valessem para o autogoverno. A tal ponto poder e liberdade deixavam de antagonizar entre si que os termos raramente despontavam fora de vizinhanças congeminadas. Vargas já não hesitava na aproximação. Ordem e democracia significam disciplina e liberdade, quer dizer, obediência consciente (Vargas, 1936). À época, pululavam imagens biológicas e familiares que, reunidas em um só argumento, vinham sustentar tal amálgama. Os filhos só iriam ganhando a confiança dos pais (Arquivo Gustavo Capanema, 1937), isto é, só iriam obtendo liberdade e ficando entregues à própria responsabilidade a partir do momento em que fossem capazes de agir conforme à amabilidade das expectativas paternas. Enfim, o libertino estaria para as drogas como

o cidadão autônomo para o organismo que expõe o que lhe é nocivo sem intervenções exteriores, já que as doenças melhor se curariam por uma reação do organismo do que pela ingestão de drogas exteriores. Anos depois, Humberto Didonet, figura de destaque nos debates ocorridos nos mais variados campos sociais, incluindo aí o cinema, indicava como quanto mais convocado o povo ao polo da participação na solução dos problemas, menos se sentiria oprimido pela arbitrariedade das decisões de feição tirânica:

E realmente estamos diante desta opção: ou o povo participa na solução de problemas ou eles serão resolvidos indiscriminadamente por Governos totalitários. Trata-se pois de promover o homem, de estimular o povo à ação (Didonet, 1963, p.3).

Segundo a proposta desse entusiasta da sétima arte, se um povo é e age de acordo com o que pensa, seria mister a mobilização de autoridades no sentido da construção de um adequado pensamento social, pois, então, a ação popular, imersa nos termos disponibilizados pelos guias da nação, encontrariam livremente a “solução adequada dos problemas sociais” (Didonet, 1962, p.2). Antes do alarido em torno do alegado milagre econômico dos ditadores instalados no Brasil a partir do golpe de 1964, Vargas e outras autoridades já tramavam prodígio ainda mais vital: o milagre político. Milagre esse que não transpassava a concretização do milagre de que muitos desesperavam, a saber, a união, pelos mais diversos meios de educação, de todos os brasileiros (Arquivo Gustavo Capanema, 1940). Assim sendo, pressuporíamos, talvez, o fim das diferenças. A particularidade da unificação ali em voga residia, porém, no fato de ela não abdicar da produção da diferença, contanto que fossem submetidas às medidas de coordenação, algo que o Ministério da Educação vinha levando a efeito de maneira inequívoca, sobretudo pelo acompanhamento das realizações em andamento, já que a proliferação de novas realidades educativas não se apartava da severa fiscalização e moralização do ensino, empreendidas em nome de uma sintonia social cada vez mais afinada.

Recapitulando, pois, a fim de pormenorizar: se as agulhadas que agitavam o pensamento e a ação de Vargas e Salazar advinham das dúvidas e incertezas a respeito do melhor substituto da violência aberta no governo da população após o período revolucionário, o que poderia haver de melhor que uma modalidade de poder que transformasse a submissão forçada em servidão consentida, até mesmo desejada, posto fruto de processos educativos alheios à violência física direta? Afinal, como compreender a legitimidade da ordem e as razões de sua estabilidade “sem a percepção mesma das suas vantagens” (Filho, 1956, p.103)? Do império brasileiro à Vargas,

crecia a necessidade de combate a indigência mental e moral responsável pela falta de destreza intelectual da pessoa comum para dar-se conta da legitimidade da ordem que a comprimia na sua miséria, o que apenas seria logrado pelas instituições por meio de contatos diários, único meio de convencer as massas da necessidade das reformas operadas e entrelaçar os indivíduos com as instituições. Em 1941, o padre Saboia de Medeiros, familiarizado com as astúcias do governo da alma, alertava: a formação do espírito “não se infunde do exterior, que só pode agir pela educação” (Arquivo Gustavo Capanema, 1941). Também o exército possuía uma experiência muito grande do que valia um homem alfabetizado em confronto com um analfabeto:

O soldado que se educa é um homem que desenvolve rapidamente a acuidade mental, que passa a compreender e executar com precisão as ordens recebidas, que se transforma de autômato em disciplinado consciente (Arquivo Gustavo Capanema, 1938).

Tal obediência consciente e voluntária a um conjunto de regras disciplinadoras, quando transladadas para o conjunto coordenado da população, tinha nome: revolução orgânica (Vargas, 1931). Na sintonia de Vargas, poderíamos dizer, então, que a violência das autoridades empenhadas na contenção dos opositores malograria, ainda que a imaginássemos extremamente eficiente e bem-sucedida no processo de estraçalhamento da ossada opositora, na medida em que uma revolução orgânica não seria erigida sob a base da substituição dos homens, e sim pela renovação dos métodos, como se as diversas máquinas repressivas de moer cidadãos indisciplinados só pudessem funcionar nos primórdios do regime e com o objetivo pontual de limpar o terreno das “hervas daninhas” (Vargas, 1932), sendo então acompanhadas pela instalação de usinas permanentes de produção de novos modos de ser, que transportassem em seu interior determinado sistema de hábitos (arquivo Gustavo Capanema, 1938), o qual induzisse, pelo treino da inteligência à colocação dos problemas nos seus termos exatos e, conseqüentemente, à procura das soluções adequadas, respostas que se iriam tornando quase instintivas, traduzindo-se na adoção simultaneamente individual e coletiva de certos modos de autogoverno em cada campo de ação. Nesse sentido, a excelência dos institutos brasileiros radicava na precisão em dar-se um diretor, digno e capaz, ao Instituto, e não, vejam bem, dar o Instituto a um diretor.

Com a entrada em cena do hábito, o casamento entre liberdade e disciplina, invariavelmente abençoado por uma figura de autoridade, ganhava todo seu esplendor. À ótica das autoridades de então, quanto maior a oferta de formas específicas de

liberdade, tanto maior a formação de hábitos. Na primeira metade do século XX, enquanto filósofos alemães tentavam mostrar de que modo o homem é o ser mais rico em angústias por ser o mais livre entre os seres da natureza, as autoridades do Brasil e de Portugal esforçavam-se por demonstrar que o homem, por ser o mais livre entre os seres da natureza, era o “mais rico em hábitos” (Junior, 1949, p.63). De todo modo, um ponto em comum unia a antropologia de Onofre de Arruda Penteado Junior a de Martin Heidegger: o homem, com sua liberdade, conta com certa maleabilidade na escolha de seus caminhos que os bichos, sobrecarregados por seus instintos, não dispõem. Tanto melhor, aliviar-se-ia Onofre. As autoridades não deveriam lamentar o fato de o homem ser desprovido de programas existenciais pré-determinados, à moda da bicharada. Afinal de contas, se não despontasse a maleabilidade da liberdade, a menor alteração no clima das instituições exigiria que elas voltassem a produzir safras de homens inteiramente novas, pois que eles restariam indelevelmente danificados, dada sua incapacidade de aclimatar-se a novas exigências do meio. A falta de liberdade desembocaria, como consequência, na subtração do poder de adaptabilidade do homem, sem o qual as instituições feneceriam, visto que o sucesso das instituições dependia da flexibilidade indefinida das suas formas e da “ilimitada adaptabilidade do espírito de suas leis aos vários estados sucessivos do desenvolvimento” (Filho, 1956, p.103). E uma vez mais: qual instituição estaria melhor talhada para o fomento da transformação da liberdade em forma de hábito, conforme às expectativas das instituições, garantindo, assim, a adaptabilidade do indivíduo? A escolar, claro está, porque o ensino não passava de uma “formação de hábitos” (Junior, 1949, p.63):

A intenção de educar pressupõe a possibilidade de modificar o comportamento do educando, e a ideia correlativa de que nele existe plasticidade (Filho, 1929, p.60).

Mais e mais, a plasticidade da liberdade vinha sendo exaltada como meio apropriado de proporcionar uma experiência aos cidadãos que estivesse em consonância com os objetivos da instituição:

Dessa forma, a contribuição da psicologia às técnicas educativas reafirmava a sua importância. Quaisquer que sejam as concepções filosóficas e sociais da educação, ou qualquer que seja a visão dos fins possíveis ou julgados possíveis na formação humana, um denominador comum existe: é o de que podemos alterar, fazer variar, ou modificar o comportamento e a experiência do educando, no sentido de objetivos que tenhamos como úteis, justos ou necessários (Filho, 1929, p.61).

Quanto mais se tornasse desejoso o cidadão de formas de liberdade bem determinadas e mais afastado da necessidade, tanto mais estaria disponível para contrair hábitos que dessem corpo aos objetivos das instituições. Uma vez transformada em hábito, a liberdade poderia funcionar como ponto de apoio da implementação de sistemas de conduta economicamente rentáveis e politicamente eficientes. Economicamente rentáveis na medida em que a internalização do hábito, obtida por meio do estímulo à repetição do livre manejo de meios em direção à consecução de certos fins, dispensaria a presença – o que não é o mesmo que o desaparecimento – das autoridades. Politicamente eficientes porque, com o aumento da ocorrência do hábito e da capacidade de retenção, bem como a ativação automática de modos de agir, menor seria o esforço dos sujeitos para a realização de tal ou qual objetivo político, e, conseqüentemente, menor o atrito entre o dever-ser inicialmente imposto ao sujeito e as expectativas das autoridades. A liberdade da ponderação que servia de base aos atos voluntários tinha de ser substituída por automatismos, os quais nada tinham que ver com a imposição de comandos de autoridades exteriores. Quando as autoridades falavam em liberdade, falavam, pois, da construção de uma cadeia implicativa entre liberdade, hábito e dever: em Portugal e no Brasil, desde o início do século XX, a liberdade vem funcionando, pois, como a grande escola do hábito. Torna-se claro, então, porque, segundo Rui Barbosa, havia perigos e males na liberdade; a sua compensação era, no entanto, infinitamente superior (Filho, 1956). A 22 de maio de 1941, no encerramento do I Congresso Brasileiro de Direito Social, o professor Cesarino Junior, ecoando os dizeres de Vargas, escudava que a formação de sistemas de hábitos deveria ser constituída por um conjunto de atos apoiados numa orientação científica (Arquivo Gustavo Capanema, 1941) que visasse ao bem-estar físico, intelectual e moral do homem, orientação que se daria dentro do grupo a que pertencia, tendo por finalidade a elevação do indivíduo e do grupo, no conjunto da sociedade civil. Novamente, tarefa da educação:

Educar equivale, também, a uma forma de saneamento. Educar não é, somente, instruir mas desenvolver a moralidade e o caráter, preparando o homem para a comunhão, ensinando-lhe as artes necessárias para a mais alta das virtudes: o conhecimento das suas próprias forças. O melhor cidadão é o que pode ser mais útil aos seus semelhantes e não o que mais cabedais de cultura é capaz de exhibir. A escola, no Brasil, terá que produzir homens práticos, profissionais seguros, cientes dos seus variados misteres (Vargas, 1934).

Exemplar em relação ao ajuste, assistido pelo hábito, entre liberdade individual e regras institucionais foi a expectativa em relação ao desfecho das primeiras eleições

após a vitoriosa da revolução de 1930. Em diversas ocasiões, Vargas manifestou-se favorável à volta do país à legalidade (Vargas, 1932), mas nunca deixou de vincar que o governo somente se integraria a um novo regime quando ele fosse o reflexo da Nação organizada. Até porque o Brasil, por ser um país de analfabetos, e o analfabeto, uma criança (Arquivo Gustavo Capanema, 1940), quase como um cego, não poderia adiantar o carro aos bois. Apenas depois de cimentadas as novas instituições e consolidadas as liberdades automatizadas pelo hábito, o recurso à suspensão da normalidade jurídica tornar-se-ia vão. Aí então, mesmo que homens do passado ensaiassem uma volta ao poder, as instituições de então, outrora terreno dos conflitos mais acirrados, nunca poderiam ressuscitar. Os preparativos da transição da ditadura para o regime democrático avivavam às claras o quanto o governo confiava na força das coordenadas de conduta fornecidas pelas instituições para fins de orientação prática de que se valeriam os cidadãos em ambiente democrático. À medida que a confiança ia ganhando terreno, crescia o número de categorias sociais com as quais as autoridades contavam para levar a efeito seus objetivos. Uma vez educadas por processos de inclusão, assentados nessa concordância entre liberdade individual e programas institucionais, tornava-se possível, e até mesmo desejável, a mobilização de indivíduos até ali enxotados para fora do jogo democrático. Inclusive porque havia o perigo de os ossos dos martirizados e dos enterrados tornarem-se sementes de condutas insubmissas. Nesse sentido, o voto feminino – peça importante das reformas varguistas – não foi menos exemplar. A eleitorização da mulher, que passava a poder votar após o código eleitoral de 1932, mas que ainda excluía os analfabetos, visou mobilizar novas energias sociais.

Fenelon passa a ser citado: os homens fazem as leis, mas as mulheres “fazem os costumes” (Didonet, 1962, p.6). A força feminina não se reduzia ao voto, incluía também o labor, que vinha sendo estimulado pela educação caseira (Arquivo Gustavo Capanema, 1940), pois a necessidade de ganhar a vida deveria resolver-se dentro do lar, quer dizer, nunca fora do sagrado templo da mulher. Tampouco faltaram políticas de inclusão do proletariado, cujo objetivo maior consistia em transformar o proletariado numa força orgânica de cooperação com o Estado (Vargas, 1932). Matriz dos grandes impulsos de inovação social, as iniciativas individuais não eram ignoradas. Ao muito contrário. Poderiam e deveriam inscrever-se nos sucessivos programas de direcionamento do país, contanto que o Estado pudesse ajuizar da sua eficiência e finalidade, sobretudo para discipliná-las e dirigi-las, a fim de transformá-las em fatores dinâmicos da vida social, fazendo com que as reivindicações, por vezes extremadas (Vargas, 1933), fossem ou contidas ou canalizadas para a corrente normal das ideias

fundamentais. Vemos, pois, como a pacificação social foi o nome que se deu ao processo de substituição da violência pela harmonização das diferenças, sendo por conta da ativação dessa particular forma de alquimia que o regime de Vargas e Salazar, sem o auxílio permanente das metralhadoras, pôde adquirir flexibilidade bastante para sobrepor-se aos assaltos do extremismo subversivo:

A democracia, no sentido que lhe emprestamos, não pode estratificar-se em fórmulas rígidas e imutáveis, fechadas à ação renovadora do tempo e à influência das realidades ambientes; ao contrário, deve revestir-se de plasticidade capaz de refletir o progresso social, aperfeiçoando-se (Vargas, 1936).

Em última instância, o problema da instalação de novos modos de governo e de novas instituições tinha que ver com o tratamento dispensado à diferença. O que fazer da diferença se já não se podia recorrer diuturnamente à violência aberta e direta? Em vez do esmagamento da alteridade sequiosa de outros horizontes, não contemplados pela revolução, essas novas autoridades, entre as quais o educador alçava relevo, operaria a negativização da hipótese de um novo levante de cunho revolucionário, que daria cabo da insurreição de novas mundividências. Assim, se, em 1930, debitava-se a escassez de inclinação aos furores da batalha na conta da covardia ou da frouxidão do patriotismo, a ânsia de novos mundos prometida pela deflagração de revoluções via-se, em 1932, rebaixada à condição de conduta disfarçada de uma vontade envergonhada de dissolução social:

Perigosa puérilidade, embora inspirada em sinceros sentimentos, a pretensão de fazer novo programa da revolução, equivalente a fazer revolução dentro da revolução. Tal concepção somente se compreende em elementos interessados na dissolução social (Vargas, 1932).

Uma permanente revolução no Estado e nas estruturas que o acompanham distava cada vez menos do estado revolucionário dos próprios cidadãos. Em 1940, pouco tempo depois de esfriada a atmosfera revolucionária, o herói nacional, delineado na ocasião do encontro entre autoridades do esporte e da educação, vestia-se em harmonia com as características do clima temperado que deveria pautar o ambiente político por vir:

Sim, heróico porque empreendeu sozinho esta grande obra – não é só no combate de homens contra homens que se prova o heroísmo. Herói mais alto é quem, a despeito de embaraços e tropeços, segue sereno a estrada do dever [...] o das concretizações dos seus ideias (Arquivo Gustavo Capanema, 1940).

Cada vez mais, a abertura e o acolhimento de novos horizontes davam lugar ao imperativo de concretização dos planos previamente traçados. O problema do governo não era mais o de incutir novos sonhos no horizonte dos cidadãos, mas fazê-los aderir, de corpo e alma, ao sonho único da revolução. Cada vez menos se evocavam os bravos indômitos dos idos da revolução, sempre e sempre dispostos a sangrar pela pátria (Bresciani, 1996). Com mais e mais frequência, políticos, como Oliveira Vianna, um decalque tupiniquim às avessas do herói da *Iliada*, uma espécie de Aquiles que abdicou voluntariamente das glórias da guerra contra Troia em obediência às leis da cidade. Assim, Oliveira Vianna, tendo tudo nas mãos, podendo ser tudo, foi, entretanto, o mais modesto dos heróis e o mais obediente dos cidadãos. Desde a vitória de 1930, revolução não era revolta. Em consequência, incorria em grave erro quem insistia em confundir revolução com o episódio que a deflagrara (Vargas, 1934). Se Vargas chegara ao governo de forma excepcional, de uma maneira diferente e dramática (Arquivo Gustavo Capanema, 1940), cumpria desdramatizar a explosão revolucionária inicial, na medida em que o sucesso do futuro da revolução dependia de ela ser continuada sem os obstáculos da resistência e da revolta. De maneira indelével, os verdadeiros desígnios da nação estavam fixados pela revolução vitoriosa de outubro (Vesentini, 1997). Isso significava: doravante, apenas o temor de errar os alvos pré-determinados. Isto é, a má conduta política concernia apenas à aplicação do alfabeto político, nunca ao próprio alfabeto. Haveria cabimento, então, para passadas que não seguissem lenta e obedientemente os caminhos já indicados? Ouvia-se que, para assegurar esses objetivos, os delineados pela revolução, não mais se impunham mudanças radicais:

Num país como o nosso, com a sua população disseminada sobre vasta área territorial, mal servido de vias de comunicação e com imperfeita unidade administrativa, esta operação, por sua natureza delicada, certamente, será morosa, perdurando por vários meses (Vargas, 1931).

Longe de ser uma realidade autossuficiente, a perfeição dos programas de governo varguistas dependia da contínua flexibilização das diretrizes previamente estipuladas. Membros do governo chegavam mesmo a afirmar que certos comportamentos imprevistos nos programas do Estado deveriam não apenas ser tolerados por parte do governo, mas acolhidos, como se certa margem de surpresa fosse essencial na atualização permanente dos rumos definidos:

A adoção de um plano amplo não significaria, em absoluto, a obrigação de executá-lo por inteiro, desde o princípio. É freqüente instituírem-se serviços com a previsão, em lei, de seu sucessivo desenvolvimento, bem como de futuros acréscimos, que se tornam

necessários para melhor preenchimento de sua finalidade. Em toda a obra de vulto deveria haver certa margem de descortino, a fim de facilitar e orientar a sua evolução ulterior (Arquivo Gustavo Capanema, 1946).

No limite, a integração de ações insuspeitas, possibilitada pela flexibilização das metas traçadas pelo governo de Vargas, deveria contemplar até mesmo a transformação do modo de ser da alteridade indócil, atraindo-a para as raias das justas aspirações (Vargas, 1938), o que se traduzia no modo como vinham sendo tratados os inimigos da pátria:

Posso afirmar-vos que, até agora, todos os detidos são tratados com benignidade, atitude essa contrastante com os processos de violência que eles apregoam e, sistematicamente, praticam. Esse procedimento magnânimo não traduz fraqueza. Pelo contrário, é próprio dos fortes, que nunca se amesquinham na luta e sabem manter, com igual inteireza (Vargas, 1936).

Não se tratava de instigar o pacifismo, como vimos. As palavras de Vargas não visavam concitar os sujeitos a permanecerem em guarda, na posição de quem, apenas, se defenderia. Ausência de violência não era, ali, passividade. No entanto, as iniciativas de contenção dos movimentos subversivos que não se dobravam aos mecanismos de inclusão da ordem varguista vinham sendo obradas por intermédio de medidas que dispensavam o uso da violência física direta, tal como o isolamento, a segregação, medidas que brilhavam pela eficiência na eliminação dos focos contaminadores, dos elementos de dissolução da ordem em geral, sem o apelo ao aniquilamento da integridade física. Aparteando: não avançamos na compreensão do que estava ali em jogo se confundirmos unidade e pavimentação, pois as técnicas de harmonização da diferença constituíam o salto do gato dos regimes em causa, exatamente o que Balzac teria surpreendido em Nova Iorque, ao apelidar a cidade de “Babel sem confusão” (Serrano; Filho, 1931, p.121). Na verdade, a erradicação da diferença vinha sendo implementada pelo comunismo, o maior adversário político da época, precisamente uma forma de organização social que recorria ao nivelamento brutal e contraproducente de classes (Arquivo Gustavo Capanema, 1937). À contramão do soviétismo, o governo brasileiro propugnava pela adoção imediata das mais variadas fórmulas de harmonia, sem descontar a harmonia entre a riqueza e a pobreza, a ponto de a principal tarefa do Estado moderno poder ser identificada ao dever de preparar a distribuição dos homens, de preferência pelos diferentes tipos de educação. Segundo Lourenço Filho, eis o sonho de Rui Barbosa: o ensino compreenderia, desde o grau secundário, e apesar da função de homogeneizar, “diferenciar e especializar” (Filho, 1956, p.30). Logo, tudo, menos

rebanho. Antes, o *puzzle*. Quer dizer, a nítida visão de conjunto, aliada à disposição das peças que o devem compor. Se cada atividade social tinha seu campo bem delimitado, todos deviam estar convergindo para uma mesma finalidade. Ou, ainda melhor, o corpo. Sobrepondo a imagem biológica do corpo orgânico à do corpo social chegava-se à conclusão de que, se havia um órgão para cada trabalho fisiológico e um trabalho fisiológico particular para cada órgão especializado, também não poderia deixar de haver para cada função social o seu homem e uma função para cada homem:

No corpo humano, no corpo social, no corpo da nação, a condição primordial para um funcionamento perfeito está em que cada órgão execute naturalmente a sua função (Filho, 1956, p.30).

Assim, a abertura das vias de comunicação, visava tirar-lhes [leia-se: dos cidadãos] a fisionomia gregária (Vargas, 1934). No lugar da imposição à partida da monotonia do mesmo, a montagem de regimes de diferenciação altamente especializados e sem nenhuma aparência de grandiosidade (Arquivo Gustavo Capanema, 1940), cujo resultado final fosse a produção sistemática e silenciosa da adaptação dos indivíduos a lugares específicos da maquinaria social, medida que encontrava apoio na rede teórica costurada pelas autoridades da época, como Venâncio Filho, para quem a educação era definida como ajustamento do indivíduo a seu meio, tendo em mira a ação mais útil para si e para a comunidade em que ele vive:

Sem uma longa e paciente preparação educativa, que se infiltre na intimidade das almas, não pode existir uma massa social consciente das suas funções e das suas finalidades, capaz de dirigir-se com eficiência (Arquivo Gustavo Capanema, 1940).

Repetidamente frisado pelas autoridades ligadas ao Estado, o conceito de coordenação dava corda à ciranda, às voltas com racionalidades idênticas, que cancelavam a aparente autonomia das esferas sociais, sem que isso as levasse a seguir, cegamente, planificações centralizadas e emanadas de algum Big-Ben estatal. Muito mais do que o dirigismo direto, a coordenação embalava o sono das autoridades de então:

A enormidade das distâncias, as diferenciações da nossa estrutura geográfica, a nossa posição continental, a diversidade de climas, a abundância das fontes de riqueza inexplorada, as deficiências inevitáveis da organização econômica e social constituem fatores de difícil coordenação, quando se nos impõe dirigir e assegurar o ritmo ascendente do nosso progresso (Vargas, 1935).

A conquista da estabilidade da ordem social contava também com mecanismos culturais dedicados ao cultivo dos espíritos, isto é, aproveitamento, desenvolvimento e

criação. Muito embora as políticas públicas alemãs nortearassem constantemente modelo ao governo de Vargas, o Brasil não acompanharia o tratamento germânico dispensado aos inimigos da pátria. Se o objetivo da cultura era, sobretudo, produção, que espécie de cultura era essa que, em vez de produzir, se preocupa em destruir? (Arquivo Gustavo Capanema, 1946). Exceto em períodos revolucionários, não seria o recurso sistemático à violência uma confissão de impotência? Antes de ser questão psicológica, o fascismo era visto como tentativa desesperada de conservação de uma organização social em vias de sucumbir. O exterminismo antisemita não era fruto de cérebros doentios, mas sim um descomunal esforço final de sobrevivência de uma organização em agonia. Portanto, o modelo alemão tinha vez e voz, mas também seus muitos senões. Mesmo depois do levante comunista de 1935, Vargas insistiria que o melhor era prevenir maiores e mais profundos males, cuidando de organizar e disciplinar (Vargas, 1936), na esperança de transformar cada brasileiro em fator conciente e entusiasta de seu regime, pois o programa da revolução de 1930, muito mais do que promover a destruição, fincara as bases de processos de renovação:

Nesta fórmula – renovar – está toda a ideologia que Getúlio Vargas trazia consigo, ao conduzir a revolução vitoriosa. A revolução não veio para derrubar homens, não veio para fazer coisas contrárias, mas para fazer coisas novas, para criar no Brasil uma vida nova (Arquivo Gustavo Capanema, 1939).

No início do artigo, perguntava-se: qual é essa racionalidade que, muito mais do que soterrar acontecimentos violentos, tenta pacificar as dinâmicas sociais? Ora, tentei mostrar como, na ânsia de rebater o absurdo da afirmação de uma ditadura branda, perdemos de vista que, ainda que se subscreva que o Brasil não tenha produzido o mesmo número de mortos que a ditadura chilena de Pinochet, a afasia da potência contestatória dos sujeitos desde a década de 1930 (Fico, 2013), afasia esta que resulta da criação de um novo espírito, isto é, de uma nova ética formadora da relação dos sujeitos consigo, é de uma violência atroz. Por isso, para podermos pensar mais e melhor a respeito das heranças da ditadura que continuam a operar na contemporaneidade, cumpre radicalizar o estranhamento, não apenas diante da brutalidade das violências físicas, mas também em relação às liberdades ofertadas, já que, se “não é o homem que detém a liberdade” (Levinas, 2008, p.18), se é a liberdade que detém o homem, continuaremos no escuro a respeito das intenções e das estratégias das formas de relação do sujeito consigo forjadas no idos das duas ditaduras brasileiras se não mergulharmos a fundo na ampliação da compreensão dessas liberdades por meio das quais estamos, ainda que nunca de maneira indelével, detidos.

Referências

- ARANTES, Paulo. 1964, o ano que não terminou. In: TELES, Edons; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- Arquivo Gustavo Capanema, Rio de Janeiro, 1936.
- _____, Rio de Janeiro, 1937.
- _____, Rio de Janeiro, 1938.
- _____, Rio de Janeiro, 1939.
- _____, Rio de Janeiro, 1940.
- _____, Rio de Janeiro, 1941.
- _____, Rio de Janeiro 1946.
- Arquivo António Salazar, Lisboa, 1928.
- _____, Lisboa, 1930.
- _____, Lisboa, 1933.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. Razão e paixão na política. In: MONTEIRO, John Manuel; BLAJ, Ilana (Org.). *História & Utopias*. Textos apresentados no XVII Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH, p. 13-23, 1996.
- DIDONET, Humberto. *Antologia social: uma colaboração para a reforma cristã das estruturas*. Rio Grande do Sul: SESI, 1962.
- _____. *Associativismo*. São Paulo: SESI, 1963.
- FAGUNDES, Coriolano de Loiola Cabral. *Censura e liberdade de expressão*. São Paulo: Taika, 1974.
- FICO, Carlos. Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador. *Revista Topoi*, vol.14, n.27, p.239-261, 2013.
- FIGUEIREDO, Fidelino de. *O dever dos intelectuais*. Porto: Livraria Lello & Irmão, 1936.

GIL, José. *Salazar e a retórica da invisibilidade*. Lisboa: Relógio d'Água editores, 1995.

JERÔNIMO, H.M.; NEVES, José. Entrevista com Boaventura Sousa Santos: “o intelectual de retaguarda”. *Análise Social*, 204, xlvii (3.º), pp. 685-711, 2012.

JUNIOR, Onofre de Arruda Penteadó. *Compendio de Psicologia: problemas de psicologia educacional*. São Paulo, 1949.

LEVINAS, Emmanuel. *Totalidade e Infinito*. Lisboa: Edições 70, 2008.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. *A pedagogia de Rui Barbosa*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1956.

_____. *Introdução ao estudo da escola nova: Bases, sistemas e diretrizes da Pedagogia contemporânea*. São Paulo: edições melhoramentos, 1929.

PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Palomes. *O Passado que não Passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2013.

SERRANO, Jonathas; FILHO, Venâncio. *Cinema e Educação*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1931.

SERRANO, Gisella de Amorim. *Caravelas de papel: a política editorial do Acordo Cultural de 1941 e o pan-lusitanismo (1941-1949)*. Tese (Doutorado em História) – UFMG. Belo Horizonte, 2009.

VARGAS, Getúlio. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1931/03.pdf/view>. Acesso em: 20 out. 2014.

_____. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1932/01.pdf/view>. Acesso em: 20 out. 2014.

_____. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1933/09.1.pdf/download>. Acesso em: 20 out. 2014.

_____. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1934/01.pdf/view>. Acesso em: 20 out. 2014.

_____. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1935/12.pdf/view>. Acesso em: 20 out. 2014.

_____. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1936/01.pdf/view>. Acesso em: 20 out. 2014.

_____. Disponível em: <http://biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1937>. Acesso em: 20 out. 2014.

_____. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1938/07.pdf/view>. Acesso em: 20 out. 2014.

VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato*. São Paulo: Hucitec, 1997.

Artigo recebido em: 09/04/2015. Aprovado em: 26/11/2015.